

Algarve em destaque

Pilar Europeu dos Direitos Sociais

No âmbito da monitorização e acompanhamento das dinâmicas regionais, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve publica o boletim dedicado ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais com base nos indicadores do “painel de avaliação social” da Comissão Europeia.

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS) foi assinado a 17 de novembro de 2017 em Gotemburgo, na Cimeira Social para o Emprego Justo e Crescimento, num momento em que a União Europeia (UE) saía de um período dominado por uma grande austeridade e vivia fortes restrições financeiras. Nesta Cimeira, os líderes europeus e os parceiros sociais comprometeram-se a destacar os direitos sociais, nas suas agendas, face à relevância dos mesmos para os cidadãos.

Passados 3 anos sobre o primeiro passo na implementação de um conjunto de iniciativas e de políticas, que visavam restaurar a Europa dos Cidadãos, destinadas a ter um efeito positivo na vida das pessoas, vivemos hoje uma crise com dimensões económicas, financeiras e sociais mais gravosas que as de 2008, cujos impactos estão ainda por aferir, no país e na região.

A urgência do PEDS é reforçada pelo seu papel transversal face aos desafios da transição climática, carbónica, digital e demográfica, ora acelerados, ora agudizados pela pandemia, sendo fundamental que a recuperação, seja socialmente mais justa e equitativa.

O Pilar Social baseia-se em 20 princípios fundamentais estruturados em torno de três categorias: a igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho; as condições de trabalho justas e a proteção e inclusão sociais. A sua implementação é apoiada por um painel de avaliação social que acompanha as tendências e os desempenhos dos Estados Membros em 12 domínios, contribuindo para o Semestre Europeu de coordenação das políticas económicas e sociais da União Europeia.

No início de 2021, já durante a presidência Portuguesa, a Comissão Europeia (CE) apresentará um plano de ação, por forma a apoiar a concretização do PEDS nos Estados Membros.

Este boletim apresenta um conjunto de indicadores disponibilizados por várias fontes, com diferente periodicidade e, nalguns casos, com algum desfasamento temporal, sendo notório a inexistência de alguns dados regionalizados o que fragiliza o acompanhamento e comparabilidade do desempenho do Algarve face ao país e à UE.

Pilar Europeu dos Direitos Sociais



1. Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho

Áreas de Política / Indicadores	Ano	UE ¹	Portugal	Algarve
1. Educação, competências e aprendizagem ao longo da vida				
Jovens que abandonaram prematuramente o ensino e a formação (Tx de abandono precoce)² (%)	2018 2019	10,6 10,2	11,8 10,6	20,1 19,9
Tx de participação de adultos em ações de aprendizagem ao Longo da Vida (25-64) (%)	2018 2019	11,1 10,7	10,3 10,5	8,7 8,3
Insucesso Escolar		nd	nd	nd
Tx de escolaridade do nível de ensino superior (%)	2018 2019	40,7 40,1	33,5 36,2	30,2 31,2
2. Igualdade de Género no mercado de trabalho				
Disparidade na tx de emprego de homens e mulheres (em pp)	2018 2019	11,6 11,4	6,8 7,2	2,4 ³ 4,3 ³
Disparidade de género no emprego a tempo parcial (em pp)	2018 2019	22,8 22,7	4,8 5,6	nd nd
Disparidades salariais entre homens e mulheres (sem ajustamento) (%)	2018 2019	15,6 nd	8,9 nd	nd nd
3. Desigualdade e mobilidade ascendente				
Desigualdade de rendimentos⁴ (rácio S80/S20)	2017 2018	5,1 5,0	5,2 5,2	5,3 5,3
Varição no desempenho explicada pelo estatuto socioeconómico dos alunos (em leitura) ⁵ (%)	2018	12	13,5	nd
4. Condições de vida e pobreza				
Tx de risco de pobreza ou de exclusão social (%)	2018 2019	21,8 21,4	21,6 21,6	22,9 ⁶ 23,2 ⁶
Tx de Risco de pobreza (%)	2018 2019	17,1 16,8	17,3 17,2	18,7 ⁶ nd
Tx de privação material severa (%)	2018 2019	5,9 5,5	6,0 5,6	6,6 ⁶ 8,1 ⁶
Pessoas a viver em agregados com muito baixa intensidade de trabalho (%)	2018 2019	8,8 8,5	6,2 6,2	6,6 ⁶ 6,5 ⁶
Taxa de privação severa das condições de habitação (% proprietários)	2018 2019	1,2 1,4	2,7 2,7	nd
Taxa de privação severa das condições de habitação (% inquilinos)	2018 2019	5,4 5,5	7,8 7,7	nd
5. Juventude				
Jovens que não trabalham, não estudam nem seguem uma formação, 15-24 anos (taxa NEET) (%)	2018 2019	10,5 10,1	8,4 8,0	13,0 ⁷ nd

1 Para 2019 os valores são referentes a UE27

2 A Estratégia 2020 definiu como objetivo reduzir a percentagem de jovens entre os 18 - 24 anos que abandonam precocemente o ensino e a formação para valores abaixo dos 10 %.

3 EUROSTAT: Inquérito à força de trabalho,

4 INE: Desigualdade na distribuição de rendimentos S80/S20 (N.9) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual (1), dados regionais disponíveis desde 2017

5 OCDE: PISA, Programa de Avaliação Internacional de Alunos

6 INE: Inquérito às condições de vida e rendimento

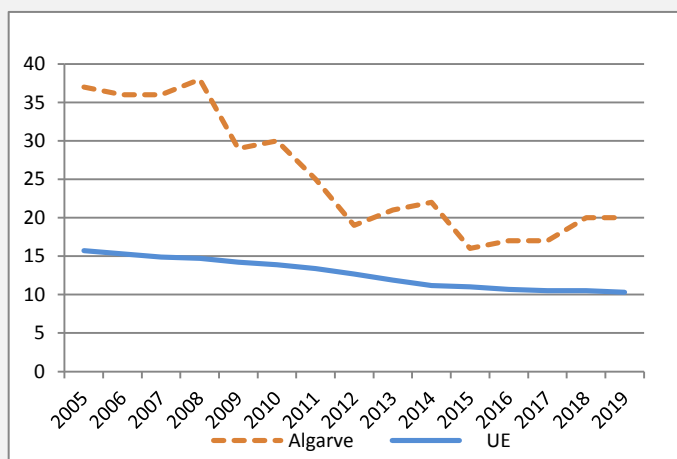
7 Dados referentes a 2016

Pilar Europeu dos Direitos Sociais

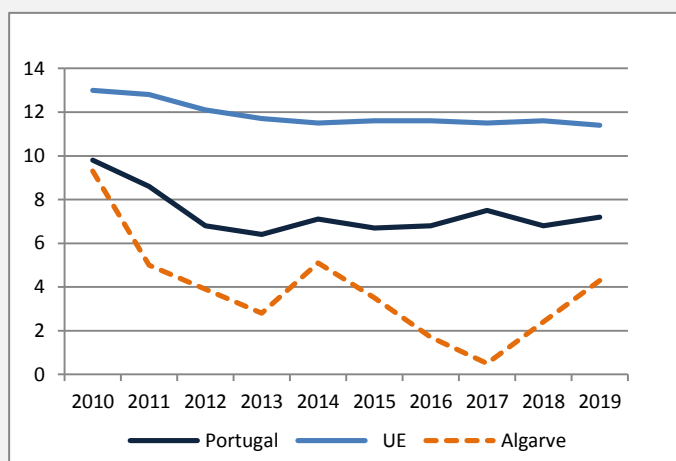
Taxa de abandono escolar precoce (%)

Pelo perfil de especialização regional, centrado nos serviços e em particular na atividade turística, com estímulos de oferta de emprego sazonal, o **abandono escolar precoce** constitui um grande desafio para a Região do Algarve.

Em 2019, os jovens entre 18-24 anos que deixaram de estudar sem completar o ensino secundário representavam 19,9%, proporção largamente superior a Portugal (10,6%).



Disparidade de género no emprego (pp)



Por **disparidade salarial de género** entende-se a diferença salarial média entre homens e mulheres no grupo etário 20-64.

Para este indicador, nos últimos 10 anos, a Região do Algarve manteve-se sempre abaixo dos valores verificados para a UE e Portugal, atingindo valores mínimos em 2017, na ordem dos 0,5 pontos percentuais, com percurso ascendente até 2019. Neste indicador, o Algarve, manteve-se como a região menos dispare no contexto nacional.

Segundo o indicador que mede a **Desigualdade de rendimentos (rácio S80/S20)**, o Algarve constitui a região do País mais próxima da média nacional, mantendo em 2018 o valor de 5,3 já verificado no ano anterior. Em Portugal, a desigualdade de rendimento baixou dos 5,7 em 2017 para os 5,2 em 2018, significando que os 20% com maior rendimento ganharam 5,2 vezes mais do que os 20% com menor rendimento.

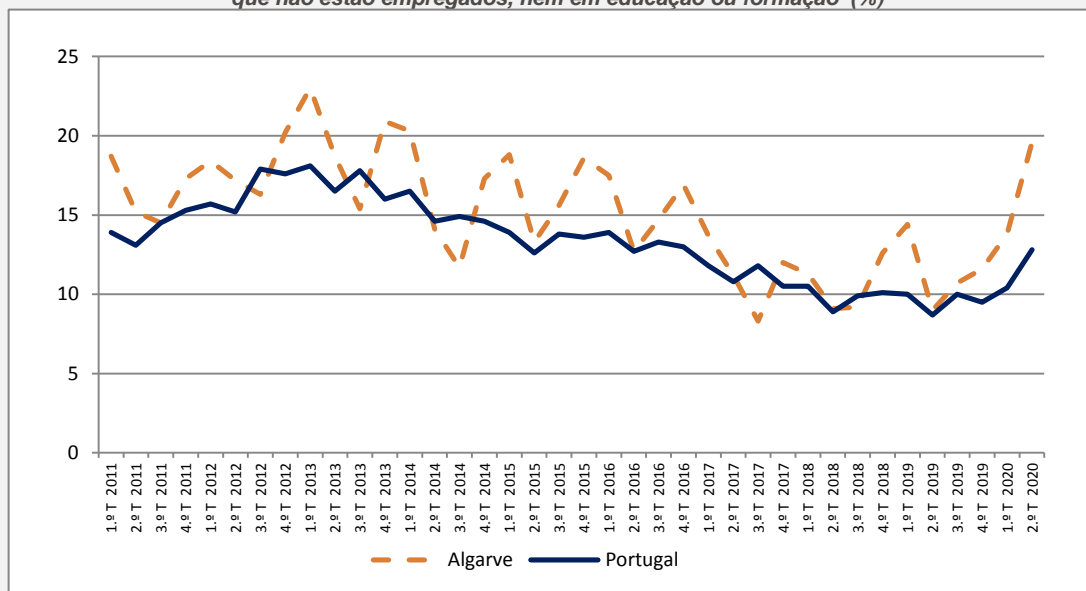
Pilar Europeu dos Direitos Sociais

No caso do indicador **taxa de pobreza ou exclusão social**, o Algarve subiu para 23,2%, posicionando-se acima da média Nacional (21,6%). Em Portugal a **taxa de risco de pobreza** baixou em 2019, para 17,2%, sendo o valor mais baixo no período de análise, representando uma descida de 1,8 pontos percentuais face a 2015. Em relação à **taxa de privação material**, Portugal passou de 16,6% em 2018 para 15,1% tal como a **taxa de privação severa**, que baixou de 6% para 5,6% no mesmo período, apresentando o Algarve um desempenho contrário, com um aumento de 1,5 pp, o que deve constituir um fator de preocupação, tendencialmente a agravar-se no atual contexto de crise.

Quanto aos **jovens que não trabalham, não estudam nem seguem uma formação**, 15-34 anos (taxa NEET ou seja *Not in Education, Employment or Training*), é importante referir as características fortemente sazonais da economia e do emprego na região, onde se verifica um aumento da incidência destes jovens NEET durante o primeiro trimestre de cada ano. Não será demais referir que no início de 2013, no pico da crise no país, chegaram a estar mais de 441 mil jovens fora do mercado de trabalho e também fora de qualquer percurso educativo ou de formação, o que levou a Comissão Europeia a lançar um reforço extraordinário de fundos. Em Portugal, a taxa de desemprego jovem chegou a atingir 38% em 2013, com o Algarve a registar 40%.

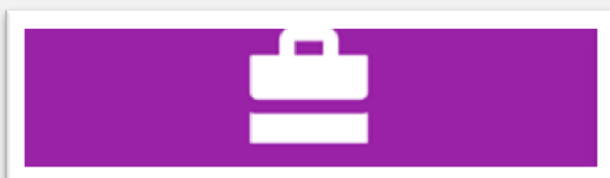
Na região, a **taxa NEET** registou 19,6%, no segundo trimestre de 2020, valor superior à média nacional (12,8%), e muito próximo dos valores registados em 2013.

Taxa NEET, jovens com idade entre os 15 e 34 anos que não estão empregados, nem em educação ou formação (%)



Fonte: INE, Inquérito ao emprego; valores provisórios para 1 e 2 trimestre de 2020

Pilar Europeu dos Direitos Sociais



2. Mercados de trabalho dinâmicos e condições de trabalho justas

Áreas de Política / Indicadores	Ano	UE ⁸	Portugal	Algarve
6. Estrutura da população ativa				
Taxa de emprego (20 - 64 anos) (%)	2018	73,2	75,4	77,8
	2019	73,1	76,1	78,1
Taxa de desemprego (15-74 anos) (%)	2018	7,2	7,1	6,4
	2019	6,7	6,5	7,1
Taxa de atividade (15-64) (%)	2018	73,7	75,1	77,2
	2019	74,1	75,5	78,2
Taxa de desemprego jovem (15-24) (%)	2018	16,1	20,3	nd ⁹
	2019	15,1	18,3	
7. Dinâmica do Mercado de Trabalho				
Taxa de desemprego de longa duração (15-74) (%)	2018	3,2	3,1	2,3
	2019	2,8	2,8	2,6
% trabalhadores (20-64) por permanência no emprego atual (até 11 meses)	2018	13,1	15,1	nd
% trabalhadores por permanência no emprego atual (de 12 a 23 meses)	2018	9,0	8,0	nd
% trabalhadores por permanência no emprego atual (de 24 a 59 meses)	2018	16,1	14,7	nd
% trabalhadores por permanência no emprego atual (+ de 60 meses)	2018	60,8	62,1	nd
Taxa de transição de trabalho temporário para permanente (média de 3 anos)	2017	24,5	30,3	nd
	2018			
8. Rendimento, incluindo relativo ao trabalho				
Rendimento disponível bruto ajustado dos agregados familiares em termos reais per capita (índice =2008)	2018	104,9	104,2	nd
Taxa de risco de pobreza dos trabalhadores (%)	2018	9,2	10,8	11,2 ¹⁰

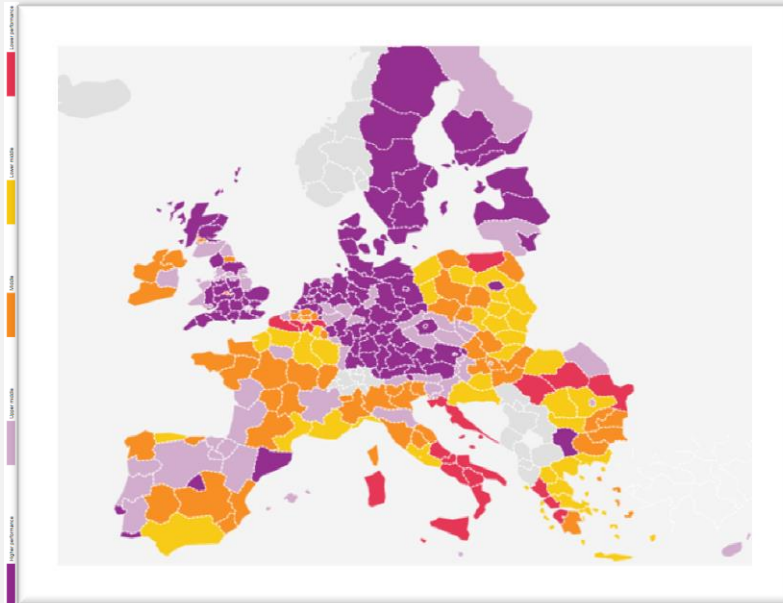
⁸ Para o ano de 2019 os valores são referentes a UE27

⁹ Dados não disponíveis devido à dimensão reduzida da amostra

¹⁰ INE: Inquérito às condições de vida e rendimento

Pilar Europeu dos Direitos Sociais

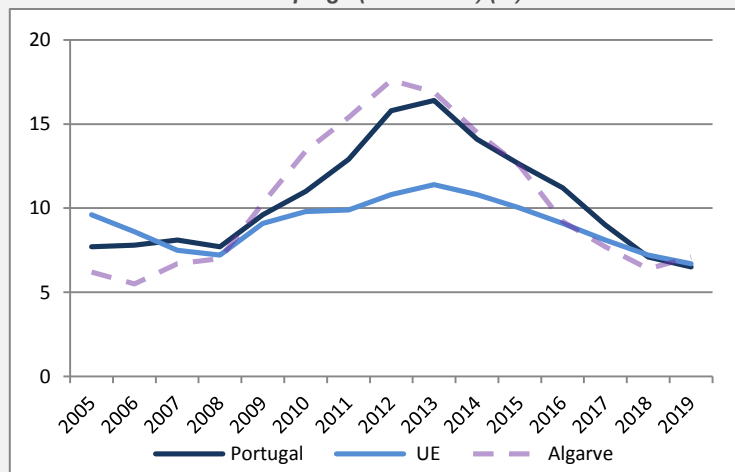
Taxa de emprego (20-64), UE 2019 (%)



Em 2019, com 78,1% (“Higher Performance”) a Região do Algarve encontrava-se entre as regiões da União Europeia com uma **Taxa de emprego** superior à média da UE-27 (73,1%).

Fonte: Comissão Europeia, Pilar Social dos Direitos Europeus, Painel de Indicadores Sociais

Taxa de desemprego (15-74 anos) (%)

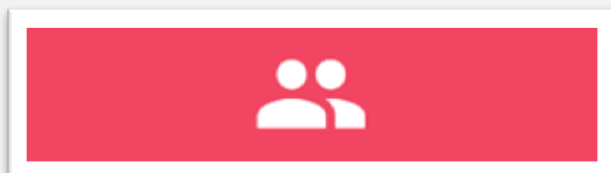


Aquando da crise de 2008 a região registava uma **Taxa de desemprego (15-74 anos)** de 7%, valor que se repetiu, passados 11 anos. Esta taxa, que atingiu valores máximos de 18% em 2013, poderá ser superada pelos registos conjunturais da atual crise pandémica.

Quando observamos os dados da **Taxa de desemprego de longa duração (15-74)** verificamos que este indicador atingiu o valor máximo em 2013, registando a região uma taxa de 9,2%, face aos 10% observados no país. Em 2019 a região registou uma taxa de 2,6%.

Quanto à **Taxa de risco de pobreza** nos trabalhadores, o Algarve assinalou uma taxa de 11,2% em 2018, que corresponde a um aumento de 0,8 pp face ao ano anterior, estando neste indicador, 0,4 pp acima do desempenho do país.

Pilar Europeu dos Direitos Sociais



3. Apoio público / Proteção e inclusão social

Áreas de Política / Indicadores	Ano	UE ¹¹	Portugal	Algarve
9. Impacto das políticas públicas na redução da pobreza				
Impacto das transferências Sociais (excluindo as pensões) na redução da pobreza (%)	2018	33,2	23,8	nd
Despesa pública com proteção social (% do PIB)	2018	19,2	17,1	nd
Despesa pública com saúde (% do PIB)	2018	7,0	6,3	nd
Despesa pública com educação (% do PIB)	2018	4,6	4,5	nd
Rácio de substituição agregado de pensões	2018	0,58	0,67	nd
10. Estruturas de acolhimento à primeira Infância				
Crianças com menos de 3 anos em estruturas de acolhimento formais (%)	2017 2018	34,2 34,7	47,5 50,2	nd nd
11. Cuidados de saúde				
Necessidades de cuidados médicos não satisfeitas comunicadas pelo próprio (EU-SILC) (%)	2018	1,8	2,1	nd
Anos de vida saudável aos 65 (homens)	2018	9,8	7,8	nd
Anos de vida saudável aos 65 (mulheres)	2018	10,0	6,9	nd
Esperança de vida aos 65 (homens)	2018	18,1 ¹²	17,7 ¹²	17,2 ¹²
Esperança de vida aos 65 (mulheres)	2018	21,6 ¹²	21,0 ¹²	21,1 ¹²
12. Acesso digital				
Competências digitais (% de indivíduos com competências básicas ou mais do que básicas)	2019	56	52	nd

Como se pode verificar, para a maioria dos indicadores deste capítulo, a informação de âmbito regional é quase inexistente, limitando-se à **esperança de vida** à nascença que no triénio 2017-2019 atingiu os 76,49 anos para os homens e os 83,24 para as mulheres. Segundo dados do INE referente às tábuas de mortalidade para o triénio 2017-2019, a população do Algarve atingiu uma esperança de vida global à nascença de 79,99 anos, abaixo do país que viu este indicador aumentar para 80,93, sendo de 77,95 anos para os homens e de 83,51 anos para as mulheres.

No Algarve, os homens de **65 anos de idade** podem esperar viver, em média, mais 17 anos e as mulheres mais 21 anos, representando um ganho de 0,87 e de 1,02 anos, em relação a 2008-2010. Segundo o INE nos últimos nove anos, em todas as regiões do país registaram-se melhorias na esperança de vida à nascença.

¹¹ Para o ano de 2019 os valores são referentes a UE27

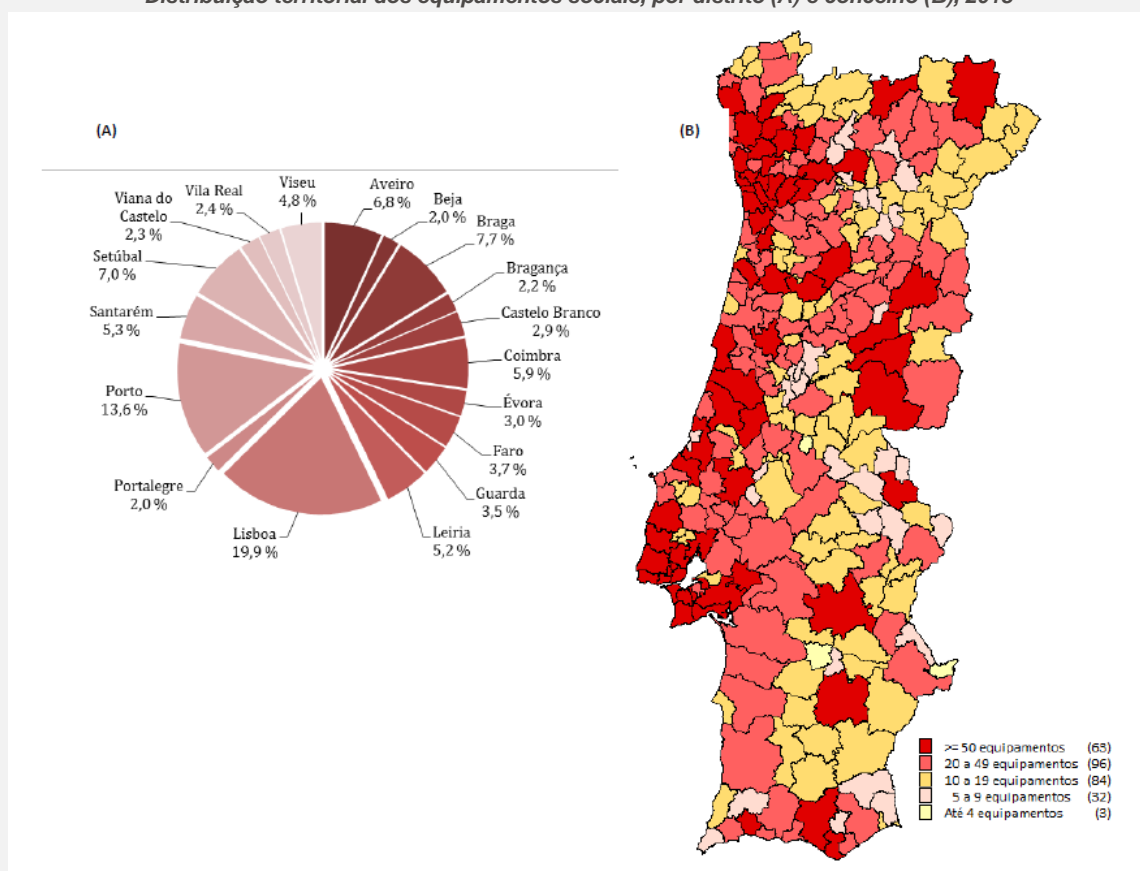
¹² INE, Estatísticas de Óbitos; PORDATA

Pilar Europeu dos Direitos Sociais

Quando pensamos nas políticas públicas e no seu impacto na redução da pobreza e na disponibilidade e acessibilidade aos **Serviços Sociais de Interesse Geral** verifica-se que estes são marcados pelo seu cariz geográfico bastante assimétrico, fortemente concentrado na faixa litoral.

Os polos urbanos do litoral Algarvio concentram a **maior acessibilidade aos Serviços** (especialmente para os setores da saúde, educação, apoio social e emprego), incidindo sobretudo na faixa compreendida entre Lagos e Olhão, e no eixo do Barrocal (Silves, Loulé e São Brás de Alportel).

Distribuição territorial dos equipamentos sociais, por distrito (A) e concelho (B), 2018



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Nos últimos anos a **oferta de serviços para crianças com menos de 3 anos de idade** tem aumentado consideravelmente, designadamente na valência creche. A cobertura de respostas sociais para a primeira infância (0-3 anos) fixou-se nos 50,2% em Portugal, evidenciando um crescimento de 2,7 pp em comparação ao ano anterior.

De acordo com o relatório de 2018 da Carta Social, a **taxa de cobertura em creche** no Algarve era de 40%; com o concelho de Alcoutim a apresentar a cobertura mais elevada (93,5%), existindo nove concelhos com cobertura inferior à média estabelecida pela Comissão Europeia¹³.

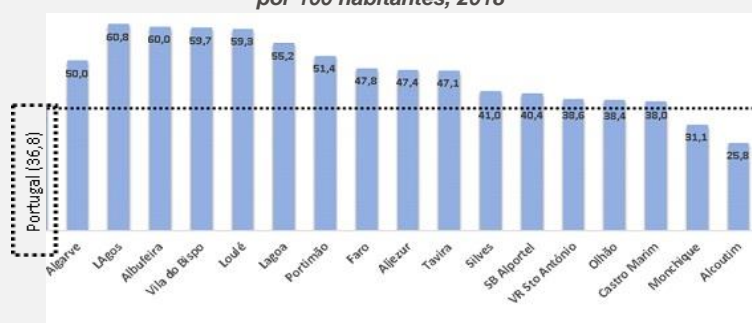
¹³ Tendo por referência a taxa de cobertura de 33% decorrente do Compromisso de Barcelona, COM(2018) 273 final, Bruxelas, 8.5.2018

Pilar Europeu dos Direitos Sociais

A **taxa de cobertura** referente a residências **para pessoas idosas** é de 7,8%, o que significa que apenas 8 em cada 100 pessoas com mais de 75 anos encontram resposta. No Algarve os 2 concelhos com cobertura mais deficitária em 2018 eram Olhão (4,5%) e Castro Marim (4,6%)¹⁴.

Independentemente da localização geográfica, a nova realidade económica e social exige formas inovadoras de trabalhar e de socializar, que implicam um investimento inteligente, baseado na **digitalização**. As competências, a literacia digital e o acesso à tecnologia tornam-se cada vez mais importantes como forma de permitir que todos participem da sociedade, combatendo a exclusão resultante e evitando a chamada divisão digital.

Acesso ao serviço de Internet em banda larga em local fixo, por 100 habitantes, 2018



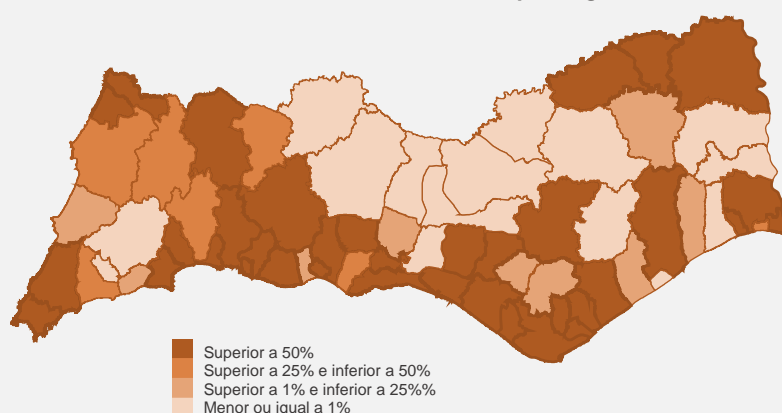
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

No que respeita à acessibilidade digital, em 2018, os concelhos de Lagos e Albufeira apresentavam maior **acesso ao serviço de Internet** em banda larga em local fixo por cada 100 habitantes. Neste indicador apenas Monchique e Alcoutim se encontram abaixo da média nacional cifrada em 36,8%.

Quanto aos agregados domésticos privados com **ligação à Internet através de banda larga**, o Algarve foi a região que menos cresceu na última década. Mesmo assim, 77,7% dos agregados domésticos privados têm ligação à Internet, em linha com a média nacional que se cifra nos 78%.

Cobertura de rede de alta velocidade fixa, por freguesia¹⁵, 2019

No Algarve, em 2019, 46% das freguesias tinham cobertura de rede de alta velocidade fixa inferior a 50%, registando 15 freguesias, sobretudo no interior, uma cobertura menor ou igual a 1%¹⁶, o que limita processos de reversão de perda e de promoção da competitividade conducentes a uma maior coesão territorial.



14 Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Algarve, 2020-2024.

15 Fonte: ANACOM. Com base no nº de alojamentos cablados, em 30 de setembro de 2018 (dados remetidos pelos operadores); nº de alojamentos familiares clássicos, por freguesia (INE, Censos 2011); Informação sobre freguesias da Direção-Geral do território – Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) 2014

16 Fonte: ANACOM

Pilar Europeu dos Direitos Sociais

Fontes:

ANACOM, Autoridade Nacional de Comunicações
EUROSTAT, Gabinete de Estatísticas da União Europeia
GEP-MTSSS, Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
INE, Instituto Nacional de Estatística
OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
Comunidade Intermunicipal do Algarve / Instituto de Segurança Social, I.P. / Centro Distrital de Faro: Plano de Desenvolvimento Social
Supraconcelhio do Algarve, 2020-2024
PORDATA, Base de Dados de Portugal Contemporâneo

Ficha técnica

Algarve em destaque: Pilar Europeu dos Direitos Sociais

Edição novembro 2020

Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais

Coordenação: Aquiles Marreiros

Elaboração: Rita Soares

Colaboração: Isabel Beja, Daniel Guerreiro

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Praça da Liberdade, 2. 8005-164 Faro

Telefone: 289 895200 Email: geral@ccdr-alg.pt

www.ccdr-alg.pt | www.facebook.com/ccdralgarve | www.twitter.com/ccdr_algarve